

A angústia dos credores estrangeiros

ESTADO DE SÃO PAULO

Já o presidente do Citicorp havia manifestado seu desejo de ver o FMI assinar um acordo de transição com o Brasil para que se normalizem as relações do País com a comunidade financeira internacional. Fala agora, pela voz do sr. Joel Korn, o Bank of America, o segundo credor mais importante. Em ambos os casos, verifica-se que os bancos credores temem que um atraso no pagamento dos atuais compromissos venha a dificultar a renegociação de um acordo com o futuro governo brasileiro.

Até o final do ano, o Brasil deverá desembolsar, a título de juros vencidos ou a vencer, cinco bilhões de dólares, aos quais se acrescentarão, no primeiro semestre de 1990, outros cinco bilhões e meio. É evidente que o País não dispõe de condições para honrar tais débitos sem que lhe cheguem ao Erário novos recursos provenientes do FMI, do Banco Mundial, dos próprios bancos comerciais e do governo japonês. Todavia, sabendo-se que os atrasados somarão mais de 11 bilhões no final do primeiro semestre de 1990, antevê-se que uma solução negociada tornar-se-ia muito mais difícil.

O interesse dos bancos — e

acreditamos também o do Brasil — exigiria a solução dos problemas pendentes até o final do ano, para que, limpo o terreno, se passasse a uma renegociação em que o País, dispondo de reservas internacionais razoáveis, procuraria obter, em breve espaço de tempo, posterior à instalação do novo governo, um acordo satisfatório.

No entanto, para que se possa alcançar essa situação de tranquilidade, torna-se indispensável, preliminarmente, um acordo com o FMI. Os bancos credores chegaram a propor a liberação da prometida parcela de 600 milhões de dólares, mesmo sem o aval do Fundo, desde que o País se comprometa a pagar os juros de setembro. No entanto, considera o Brasil que, sem o aporte de recursos do organismo internacional, do Banco Mundial e do governo nipônico, tal quantia lhe será insuficiente para solver seus compromissos, porquanto representaria forte redução de suas reservas internacionais.

Existe ainda leve esperança quanto à obtenção, até o final deste mês, de um acordo provisório com o FMI, mas não se pode desprezar as dificuldades que a isso se antepõem. Pretende o FMI

compromissos, especialmente no tocante à expansão monetária, que o governo não pode assumir no quadro atual da economia. Sem a adoção de medidas drásticas, o *board* do Fundo dificilmente renunciará à sua tradição de não assinar acordos com governos em fim de mandato.

O exemplo argentino não favorece o Brasil. Efetivamente, os organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) esperaram que o novo governo de Buenos Aires se instalasse para voltar a negociar. Ora, em prazo muito breve, o presidente Carlos Saúl Menem conseguiu fazer cumprir decisões austeras, façanha dificilmente imaginável antes de sua posse. Com o que já colhe frutos. Os diretores do Banco Mundial, em visita a Buenos Aires, anunciaram que o organismo revigorará, já em outubro, a linha de crédito de 1.252 milhões de dólares que havia sido negociada, em condições julgadas excepcionais, há um ano, com o ex-presidente Raúl Alfonsín, sem a anuência do FMI. Desse total, porém, apenas 150 milhões foram liberados até agora, por não ter o governo platino respeitado seus compromissos.

Agora, volta-se à tradição de uma política harmônica entre o

FMI e o Banco Mundial. O primeiro organismo já concordou em que a Argentina lhe envie uma carta de intenção, cujo texto acaba de ser aprovado pelos técnicos do Fundo. Prevê-se notadamente, no documento, um equilíbrio fiscal decorrente de medidas já aprovadas pelo Congresso (eliminação dos subsídios, redução dos gastos através da privatização). O processo a que esta obedece não é mais uma esperança mas um fato, porquanto já se transferiu ao setor privado a Entel, a companhia estatal de telefones. Por outro lado, recursos privados serão aplicados na estatal do petróleo, a YPF. Pelo que se admite que até o final de setembro poderá a Argentina receber ajuda do FMI, e reiniciar o pagamento dos juros que recaem sobre sua dívida externa.

Diante de tais decisões, mais delicada fica a situação do Brasil, especialmente à vista das dificuldades que o governo vem encontrando mesmo para que o orçamento de 1990 seja aprovado com redução (não extinção) dos subsídios. O problema é saber se a pressão do governo norte-americano e a dos bancos credores será suficiente para que se extraia do FMI acordo tão difícil.